

PROCESSO Nº. 069/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2018
EDITAL Nº. 047/2018

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 – 4500, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, mediante a Presidente da Comul e Pregoeira, designada pelo Decreto nº. 1.740/2017 de 02 de janeiro de 2017 e Decreto nº. 1843/2018 de 02 de janeiro de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando “**PREGÃO PRESENCIAL**” do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555/2000, Decreto Municipal nº. 803/2007 e, subsidiariamente a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº. 8.538/2015 e suas posteriores alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1 - PREÂMBULO

1.1. A sessão pública será realizada na **Prefeitura Municipal de Tarumã**, sito a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, **no dia 29 de maio de 2018, com início às 09h00min**, horário de Brasília – DF, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe.

1.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.4. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1.5. A formalização de consultas, observados os prazos legais, poderão ser efetivadas através de documento devidamente entregue junto ao setor de protocolo da municipalidade, dirigido ao Pregoeiro, informando o número do processo e número do pregão. Não serão aceitas consultas ou reclamações efetivadas através de ligação telefônica ou consulta oral.

2 - OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de serviços especializados para a supervisão e implantação de infra-estrutura para o Sistema de Monitoramento por 6 (seis) câmeras OCR (Optical Character Recognition) na modalidade embarcada e fornecimento de licença de uso temporário de sistema de informação, integrado, para gerenciamento dos dados recepcionados pelas câmeras e transmissão automática ao sistema “DETECTA” da Secretaria De Segurança Do Estado De São Paulo**, conforme especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo dos serviços.

3 – DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de empresas enquadradas no inciso I do art 48 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.2. Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresso, nos termos do disposto no artigo 3º da referida Lei Complementar Nº. 123/06, bem como apresentar **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso.

3.3. Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei nº. 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

3.4. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei n.º 8.666/93.

3.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.5.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas proponentes, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.6. A empresa vencedora do sorteio será convocada para apresentar a proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4 – PARTICIPAÇÃO

4.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tarumã ou através do site www.taruma.sp.gov.br.

4.2. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.3. A participação no Pregão se dará através de representante legal presente a Sessão, devidamente credenciado, que portar os envelopes Proposta e Habilitação, a quem caberá a responsabilidade em ofertar lances exclusivamente verbais observados data e horário pré-estabelecidos, sendo todos os atos consignados em ata própria.

4.4. Os licitantes deverão entregar em separado, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, e que somente entregarão envelopes contendo a indicação do objeto e do preço ofertado (Anexo III).

4.5. Fica vedada a participação de empresas que se enquadrem nos termos do art. 9º, da lei 8.666/93.

4.6. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

4.7. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.8. Não será permitida aos representantes a comunicação via telefone fixo ou celular durante a sessão para efetuar os lances ou negociação. Exceto nos casos em que haja expressa autorização do pregoeiro oficial.

5 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar na data e horário designados no presente Edital.

5.2. O credenciamento dar-se-á através da apresentação dos seguintes documentos:

5.2.1. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou ocupar cargo assemelhado na empresa proponente, deverá apresentar **cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social devidamente autenticado**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como o documento original de identidade com foto para conferência;

5.2.2. Em se tratando de procurador, as empresas deverão credenciar um representante, mediante a apresentação de **procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida**, atribuindo poderes para praticar todos os atos inerentes ao procedimento licitatório em questão, bem como **cópia autenticada do contrato social e alterações devidamente autenticados**, e, ainda, documento original de identidade com foto do representante para conferência.

5.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar DECLARAÇÃO, que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06 (modelo em Anexo), bem como CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. No entanto, verificada a ausência da declaração e certidão, a empresa não gozará dos benefícios elencados no item 3 (Anexo III).

5.4. Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5.5. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5.6. APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “HABILITAÇÃO”: A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e proposta comercial deverá ser apresentada em papel timbrado

da empresa, fora dos envelopes (conforme Anexo III).

6 – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes deverão ser opacos e estar devidamente lacrados, constando externamente os seguintes dados:

Envelope nº I – Proposta:
Número do Processo;
Número do Pregão;
Dados do Fornecedor (nome, CNPJ, endereço completo).

Envelope nº II – Habilitação:
Número do Processo;
Número do Pregão;
Dados do Fornecedor (nome, CNPJ, endereço completo).

6.2. **O envelope nº I – Proposta** deverá conter em seu interior a Proposta devidamente preenchida em papel timbrado da empresa através de processo de informática, de forma clara e legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador.

6.3.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome da licitante, endereço completo, número do CNPJ/CPF.
- b) Número do Processo e número do Pregão;
- c) Preço total do item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais, sem qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- d) Especificações detalhadas do serviço ofertado, consoante exigências editalícias;
- e) Inclusão de todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: despesas com tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão;
- g) O serviço ofertado deverá atender aos padrões de excelência, de acordo com as normas pertinentes;
- h) Prazo para início da prestação dos serviços conforme disposto no ANEXO I – Termo de referência deste Edital e Memorial Descritivo, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração;

i) O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

j) Número da Conta Bancária e email para envio dos empenhos, bem como para efetuação da transação financeira.

6.2.1. Os itens de propostas que eventualmente contemplem serviços que não correspondam às especificações ou quantidades contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital e do Memorial Descritivo, serão desconsiderados.

6.2.2. Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da administração.

6.3. **O envelope nº. II – Habilitação** deverá conter em seu interior cópia dos seguintes documentos **devidamente autenticados**:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

e) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

f) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

g) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

h) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

j) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

k) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III).

l) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação (Anexo III);

m) Declaração de desimpedimento de licitar e contratar com a administração pública (Anexo III);

6.4. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

6.4.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.5. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

6.6. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, no ato de abertura dos envelopes pelo representante do órgão municipal com chancela própria.

6.7. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

6.8. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

6.9. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7 – ABERTURA DA PROPOSTA E JULGAMENTO

7.1. O Pregoeiro dará início à Sessão Pública, na data e horário previamente designados, emitindo breve explanação acerca do objetivo da realização do certame licitatório, iniciando o credenciamento dos interessados presentes.

7.2. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, e em separado os envelopes de proposta e habilitação.

7.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

7.4.1. Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

7.4.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

7.4.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

7.4.4. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.5. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, observados os seguintes critérios:

7.5.1. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

7.5.2. Em não havendo pelo menos 03 (três) na condição definida no subitem 6.5.1., serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até no máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independente do número de licitantes.

7.6. Para efeito de seleção será considerado o **preço do Lote.**

8 - FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O Pregoeiro convidará individualmente e de forma ordenada as licitantes selecionadas a formular lances, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 10,00 (dez reais), aplicáveis inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário do lote.

8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar.

8.4. A etapa de lances para cada lote será encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, considerando-se que este período não seja superior a 10 minutos. Excedendo-se o tempo determinado e em não havendo todos os participantes declinado, determinará o Pregoeiro um período adicional de 5 minutos para que seja encerrada a etapa.

8.5. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas todas as propostas apresentadas na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.6. Poderá o Pregoeiro negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.7. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas.

8.8. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será determinado pelo Pregoeiro a abertura do envelope de nº. 02, contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

9.1.1. Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo esta indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.4. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.

9.5. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 02 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, cabendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.

10.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 dias antes da data fixada para abertura da sessão pública.

10.2. Não serão reconhecidas impugnações do Edital por fax ou e-mail, somente por escrito, em original, protocolados nesta Prefeitura, e dentro dos respectivos prazos legais.

10.3. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

10.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro na Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Tarumã.

10.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste pregão até o trânsito em julgado pertinente à decisão.

10.6. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o Pregoeiro poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº. 10.520/02, devendo o licitante manifestar, após o término da sessão, motivadamente sua intenção de interpor recurso, registrando em ata a síntese de suas razões, devendo juntar memoriais no prazo de três (03) dias úteis, ficando os demais licitantes convocados a apresentar contra-razões em igual número de dias (03), que contarão a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.2. A adjudicação será feita por item.

12.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12.4. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

13 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1. Prestar o serviço licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com a proposta de preço;

13.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

13.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

13.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da prestação dos serviços.

13.7. Comparecer sempre que solicitado à Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

13.8. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros.

13.9. Informar à Prefeitura a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente na regularidade do fornecimento.

13.10. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial.

14 - PRAZO DE ENTREGA

14.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Governo.

14.2. As requisições deverão conter:

14.2.1. Identificação da unidade requisitante;

14.2.2. Processo nº 069/2018 e Pregão Presencial nº 037/2018;

14.2.3. Número do Contrato;

14.2.4. Identificação da contratada;

14.2.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

14.2.6. Data e horário para execução dos serviços.

14.3. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

14.4. Os serviços deverão ser prestados nos prazos estabelecidos no Memorial Descritivo, contados da data de recebimento da respectiva requisição.

14.5. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

14.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 03 três dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

14.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

15 - CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Governo, convocará no prazo de até cinco (05) dias, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº. 8.666/93, bem como a suspensão temporária pelo prazo de doze (12) meses.

15.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

15.3. O termo de contrato terá **vigência até 31/12/2018**, a contar da data de sua assinatura.

15.4. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

15.5. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

16 – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Em caso de atraso injustificado da entrega dos serviços, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 1%, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

17.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

17.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

17.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

17.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

17.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

17.4. A sanção de advertência de que trata o item 17.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

17.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE.

18 - RESCISÃO

18.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

19 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas (recurso próprio), ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

- 02.02.00 - 04.126.0020.2101 - 3.3.90.39 - **126** - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica

20 - PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

20.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20.3. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

20.4. Os pagamentos serão efetuados mediante a execução total dos serviços contidos no empenho.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultado ao Pregoeiro Oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2. Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

21.3. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

21.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº. 8.666/93.

21.6. Até 03 dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, protocolando o ato tempestivamente na Unidade Gerencial Básica – Licitações – UGB - L, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores e encaminhado ao Pregoeiro.

21.7. Os interessados ainda poderão obter informações e/ou o Edital no endereço acima mencionado, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h30min às 17h00min ou pelo endereço eletrônico licitação@taruma.sp.gov.br. Maiores esclarecimentos através do tel: (18) 3373-7500 – ramal 9549 / 9530.

21.8. Caberá ao pregoeiro oficial e membros da equipe de apoio decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

21.9. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

21.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

21.11. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

21.12. O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

21.13. Integram o presente Edital:

21.13.1. Anexo I – Termo de Referência;

21.13.2. Anexo II – Minuta de Contrato;

21.13.3. Anexo III – Modelo das Declarações necessárias;

21.13.4. Anexo IV – Memorial Descritivo.

21.14. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

21.15. As quantidades previstas no termo de referência tem caráter meramente estimativo.

21.16. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão a disposição para retirada junto ao Departamento de Licitações, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, neste município de Tarumã, após a celebração do contrato.

21.17. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal Local de grande circulação ou no Jornal Semanário distribuído no município de Tarumã.

21.18. Fica eleito o foro da Comarca de Assis para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã, 15 de maio de 2018.

LOUISE CAROLINE G. C. PRADO
PRESIDENTE DA COMUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência
Processo nº. 069/2018 – Pregão Presencial nº. 037/2018.

Objeto: Contratação de serviços especializados para a supervisão e implantação de infraestrutura para o Sistema de Monitoramento por 6 (seis) câmeras OCR (Optical Character Recognition) na modalidade embarcada e fornecimento de licença de uso temporário de sistema de informação, integrado, para gerenciamento dos dados recepcionados pelas câmeras e transmissão automática ao sistema "DETECTA" da Secretaria De Segurança Do Estado De São Paulo.

LOTE 01					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Vi. Unit.	Vi. Total
01	01	UNID	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A SUPERVISÃO E IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA DE MONITORAMENTO POR 6 (SEIS) CÂMERAS OCR (OPTICAL CHARACTER RECOGNITION) NA MODALIDADE EMBARCADA		
02	06	UNID	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, INTEGRADO, PARA GERENCIAMENTO DOS DADOS RECEPCIONADOS PELAS CÂMERAS E TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA AO SISTEMA "DETECTA" DA SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.		
VALOR TOTAL LOTE 01				R\$	

Fornecedor: _____

Valor Global: R\$ _____ (_____)

Validade da proposta : _____

Condições de pagamento : _____

Conta Bancária para pagamento: _____

_____, ____ de _____ de 2018.

Carimbo da Empresa
Assinatura do Responsável

- **Nota:** O preço proposto será considerado completo e deverá abranger os custos relativos a todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e previdenciárias), materiais, fornecimento de mão-de-obra, combustível, seguros e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste instrumento convocatório.

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO II (MINUTA DE CONTRATO)

"MINUTA DE TERMO DE CONTRATO, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A SUPERVISÃO E IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA DE MONITORAMENTO POR 6 (SEIS) CÂMERAS OCR (OPTICAL CHARACTER RECOGNITION) NA MODALIDADE EMBARCADA E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, INTEGRADO, PARA GERENCIAMENTO DOS DADOS RECEPCIONADOS PELAS CÂMERAS E TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA AO SISTEMA "DETECTA" DA SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA _____, NA FORMA ABAIXO":

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº. 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, e Inscrição Estadual nº. _____, com sede a Rua _____ nº. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. _____, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. _____, residente e domiciliado a Rua _____ nº. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Pregão Presencial nº. 037/2018, homologado em _____, com fulcro na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal nº. 358/2003, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a **Contratação de serviços especializados para a supervisão e implantação de infra-estrutura para o Sistema de Monitoramento por 6 (seis) câmeras OCR (Optical Character Recognition) na modalidade embarcada e fornecimento de licença de uso temporário de sistema de informação, integrado, para gerenciamento dos dados recepcionados pelas câmeras e transmissão automática ao sistema "DETECTA"**

da **Secretaria De Segurança Do Estado De São Paulo**, conforme especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

2.1. O Contratante obriga-se a pagar pela prestação dos serviços ora descrito na cláusula anterior a importância de R\$ _____ (_____).

2.2. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

2.3. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

2.6. O presente contrato não sofrerá reajustes de preços, durante toda sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS

3.1. Este termo de contrato terá **vigência até 31/12/2018**, a contar da data de sua assinatura.

3.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

3.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA QUARTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Governo.

4.2. O objeto da presente licitação, somente será aceita se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição imediata, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente, sem ocasionar prejuízo ao evento;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços e da própria aquisição dos serviços.

4.4. As requisições dos serviços deverão conter:

4.4.1. Identificação da unidade requisitante;

4.4.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº 069/2018 – Pregão Presencial nº 037/2018);

4.4.3. Número do Contrato;

4.4.4. Identificação da contratada;

4.4.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

4.4.6. Data e horário para execução dos serviços.

4.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-simile e correio eletrônico.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

- 02.02.00 - 04.126.0020.2101 - 3.3.90.39 - **126** - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto licitado;

6.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.1.3. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela empresa contratada.

6.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da prestadora de serviço.

6.1.5. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor pública municipal, Sr.(a), _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____ e inscrito no CPF n.º _____, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

6.2. São obrigações da Contratada:

6.2.1. Prestar o serviço objeto licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com a proposta de preço;

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.3. Manter profissionais de medicina em quantidade suficiente para atender as ações e serviços regulares, previstos no objeto do contrato e o cumprimento das respectivas cargas horárias.

6.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, responsabilizando-se e tomando as providências necessárias para sanar quaisquer irregularidades relacionadas com a prestação de serviços técnicos profissionais, desde que identificadas e notificadas pela Secretaria Municipal de Governo.

6.2.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

6.2.7. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

6.2.8. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

6.2.9. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpolação judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Em caso de atraso injustificado na entrega dos serviços, sujeitar-se-á o licitante à multa de 1%, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

7.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

7.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

7.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

7.4. A sanção de advertência de que trata o item 7.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos ao desenvolvimento dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente processo se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA DO FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

_____, ____ de _____ de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa
Representante legal
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Fernandes Baratela
RG nº 23.013.725-8 – SSP/SP

2. _____
Roberto Aparecido de Souza Zanin
RG nº 7.983.702-4

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO (Fora do envelope).

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC n.º 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO (Fora do Envelope).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação, e que somente entregará envelopes contendo a “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO”.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO (Dentro do Envelope II).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas no art. 27, da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO (Dentro do Envelope II)

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO (Dentro do Envelope II)

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR (Dentro do Envelope II)

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua, na cidade de, portador da RG e CPF....., venho por meio desta, nomear o Senhor(a)....., portador do RG....., residente a rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim especial de representar a empresa, situada a rua (Avenida)....., nº, na cidade de, Estado de, CNPJ..... e Inscrição Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de Licitação....., Modalidade Pregão Presencial, nº, para efetuação de lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de ____

Ass.

ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

Processo nº. 069/2018 – Pregão Presencial nº. 037/2018.

1.- OBJETO:

Contratação de serviços especializados para a supervisão e implantação da infraestrutura para o SISTEMA DE MONITORAMENTO POR 06 (SEIS) CÂMERAS OCR (Optical Character Recognition) NA MODALIDADE EMBARCADA e fornecimento de licença de uso temporária de SISTEMA DE INFORMAÇÃO, integrado, para gerenciamento dos dados recepcionados pelas Câmeras e transmissão automática ao SISTEMA "DETECTA" da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo.

1. JUSTIFICATIVA:

A implantação de um sistema inteligente de monitoramento com análise de vídeo e identificação de placas veiculares com instalação de câmeras em pontos estratégicos faz-se necessária para auxiliar a Prefeitura Municipal, juntamente com a Polícia Militar na detecção de veículos em situação irregular e, principalmente veículos roubados, furtados e clonados. Com a existência das câmeras estrategicamente localizadas, será realizado o monitoramento em tempo real dos veículos que trafegam no município, elucidando ações criminosas ocorridas na cidade de TARUMA-SP através da utilização de sistemas para identificar e qualificar os fatos e os envolvidos, otimizando o efetivo policial com ferramentas tecnológicas.

2. SÍNTESE DO PROJETO DE MONITORAMENTO:

2.1.1. Prestação de serviços para a supervisão e implantação de equipamentos, periféricos e locação de software para a leitura automática de placas veiculares (LAP), oriundos de câmeras fixas instaladas em pontos no município com integração ao sistema "DETECTA" da SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, e, fornecimento de treinamentos para o manuseio do CCO - Centro de Controle Operacional.

2.1.2. Para a completa e perfeita execução dos serviços deverão ser previstos na proposta da CONTRATADA:

- a)** Todos os equipamentos necessários para o atendimento pleno deste edital, onde citamos como referência dos itens a serem contemplados: câmeras fixas; módulos de captura compactação e transmissão de imagens; módulo de identificação e processamento de caracteres; caixa de proteção dos equipamentos; conversores de energia; adaptadores e acessórios de instalação; fios, cabos, porcas, parafusos, estruturas metálicas, tubulações e os acessórios como: suportes para fixação, cabos, caixas de proteção contra eventos atmosféricos (chuvas e raios) e vandalismo, ou seja, infraestrutura parcial e os equipamentos que estabelecem um padrão e primam pela qualidade da imagem;
- b)** Softwares e respectivas licenças que se fizerem necessários para a prestação dos serviços;
- c)** CCO – Centro de Controle Operacional, em área disponibilizada pela CONTRATANTE, para ser instalados os equipamentos e mobiliários apropriados para a prestação de serviços.

d) Disponibilização de profissional para supervisão do Projeto, o qual deverá orientar e assessorar durante a implantação do projeto;

2.1.3. A CONTRATANTE disponibilizará as instalações, equipamentos e periféricos necessários, sendo:

- a) Postes para implantação dos equipamentos e periféricos;
- b) Instalações dos postes para implantação;
- c) Energia elétrica para alimentação dos equipamentos e periféricos;
- d) Fibra Ótica para acesso ao servidor de dados no CCO;
- e) Micro computador PC completo;
- f) Laços indutivos;
- g) Instalações dos laços indutivos;
- h) Energização dos pontos;
- i) Estrutura Física de Rede e Lógica;

3. DOS PRAZOS:

3.1. IMPLANTAÇÃO DOS LEITORES AUTOMÁTICOS DE PLACAS – LAP: O prazo para implantação total dos leitores de placas automáticos (LAP) será de até 30 de junho de 2018, mediante a disponibilização, pela CONTRATANTE, da infra-estrutura preliminar para a recepção das câmeras.

3.2. LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DO SOFTWARE: O Software deverá estar em atividade a partir de 01 de julho de 2018. O serviço de locação de software atenderá às disposições contidas no inciso IV do artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/93;

4. TÉRMINO DOS SERVIÇOS:

5.1. No término do prazo contratual, os equipamentos e periféricos constantes deste edital serão incorporados ao Patrimônio Público Municipal, sem que haja quaisquer ônus ao Município.

5. CENTRAL DE CONTROLE OPERACIONAL (CCO):

5.1. O **CCO** tem função de analisar e operacionalizar seguintes informações:

5.1.1. As leituras das placas dos veículos;

5.2. A **CONTRATANTE** deverá fornecer o local, operadores, equipamentos, periféricos e a estrutura para o **CCO**, sendo:

5.2.1. Comunicação internet via fibra ótica;

5.2.2. Móvel necessária para as instalações dos equipamentos e periféricos;

5.2.3. 02 (dois) PC Workstation (Completo com Monitores, Mouse, Teclado, Softwares, Nobreaks 1,2kVA) para operação do **CCO**, tendo as seguintes configurações :

- a) Processador Intel® Core™ i3 2120 ou Superior;
- b) Memória RAM 4 GB;
- c) Sistema Linux;
- d) Unidade óptica Gravador de DVD/CD;
- e) 6 portas USB;

- f) Disco rígido (HD) 1 Terabyte WD SATA2 3.0 GB/S 7200 RPM Rede 10/100/1000;
- g) Saída VGA;
- h) PS/2 (mouse);
- i) PS/2 (teclado);
- j) RJ45;
- k) Teclado Space BR USB ABNT2 com 104 teclas;
- l) Mouse Space BR óptico com 2 botões e scroll;
- m) Caixas de som;
- n) Monitor Lcd 21 ou superior;
- o) Nobreak Central de 3kVA com autonomia de 30 minutos.

6. LEITOR AUTOMÁTICO DE PLACAS – LAP:

6.1. LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO DOS LEITORES AUTOMATICOS DE PLACAS (LAP) – CÂMERAS COM OCR EMBARCADO:

PONTO	LOCALIZAÇÃO
PONTO 1	Entrada da Cidade : Sentido Paraná - Assis/SP 22°45'04.8"S 50°35'12.4"W (Esquina da Av. das Primaveras com Av Pau Brasil);
PONTO 2	Entrada da Cidade: Sentido Assis/SP - Paraná 22°44'36.7"S 50°34'37.9"W (Alça de Acesso a Rotatória do Portal da Cidade);
PONTO 3	Entrada da Cidade: Sentido Frutal do Campo/SP - Tarumã/SP 22°44'58.4"S 50°34'04.8"W (Av. das Orquídeas, próximo ao número 1239);
PONTO 4	Saída da Cidade: Sentido Tarumã/SP - Assis/SP 22°44'32.7"S 50°34'28.9"W (Esquina da Rua Girassol com Av. Tarumã);

6.2. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de 06 (seis) Câmeras com OCR embarcado com as especificações mínimas abaixo:

- 6.2.1. Algoritmo de identificação automática das placas veiculares embarcados (padrão previsto no código brasileiro de trânsito);
- 6.2.2. Deve possuir protocolo de envio automático de informações através do protocolo TCP/IP;
- 6.2.3. Interface de comunicação nativamente IP;
- 6.2.4. Protocolo aberto para integração com outros aplicativos via FTP, conexão socket, HTTP;
- 6.2.5. Deve suportar atualização de horário interno por meio de consulta a servidor NTP;
- 6.2.6. Alta sensibilidade à luz infravermelha para uso noturno;
- 6.2.7. Sistema de operação day/night com imagens coloridas de dia e monocromáticas a noite;
- 6.2.8. 02(duas) ou mais entradas para ligação de sensores externos;
- 6.2.9. 02 (duas) ou mais saídas para acionamento de sistema de iluminação auxiliar ou de dispositivos externos;

- 6.2.10. Capacidade de controlar a intensidade de disparo do sistema de iluminação auxiliar;
- 6.2.11. Alimentação de 12Vdc ou 24Vdc.
- 6.2.12. Resolução mínima de 752x480 pixels, não entrelaçadas, sem duplicação ou interpolação de linhas;
- 6.2.13. Sensor de imagens do tipo Global Shutter;
- 6.2.14. Sincronismo de flash sem a necessidade de circuitos adicionais;
- 6.2.15. Capacidade de registrar veículos transitando até 200 Km/h;
- 6.2.16. Taxa de frames por vídeo de, no mínimo, 10 frames por segundo;
- 6.2.17. Possibilitar verificação e o ajuste da câmera remotamente;
- 6.2.18. Temperatura de operação: -5°C à 55°C ou faixa mais ampla;
- 6.2.19. Deve estar equipada com lente do tipo auto íris DC e com distância focal de 10 a 45 mm, ou que compreenda esta faixa;
- 6.2.20. Deve ter a capacidade de registrar imagens de veículos a uma distância mínima 15 (quinze) metros de distância em condição de identificar qual é sua placa;
- 6.2.21. Registro pelo menos 4 fotos noturnas com diferentes intensidades de disparo do sistema de iluminação auxiliar de forma a aumentar a possibilidade de reconhecimento de placas refletivas e não refletivas;
- 6.2.22. Acionamento de registro por sensores externos (trigger físico) ou por detecção de movimento – afastamento e aproximação (trigger virtual);
- 6.2.23. Deve estar acondicionada em caixa que proporcione a proteção necessária aos efeitos do sol, chuva e humidade, com grau de proteção IP65 ou superior. Além disso, deve possuir proteção antivandalismo IK10;
- 6.2.24. Média de reconhecimento de 80% do fluxo (dia-e-noite);
- 6.2.25. Capacidade de identificar o veículo diversas vezes, aumentando ainda mais o índice de acerto;
- 6.2.26. Tempo de processamento de imagem inferior a 1 segundo;
- 6.2.27. Tempo de resposta total inferior a 5 segundos;
- 6.2.28. Registro do melhor resultado de imagem para cada veículo;
- 6.2.29. Capacidade de aderir às condições de luminosidade do local, permitindo a identificação dos veículos mesmo em dias de chuva, nublados, à noite, etc.;
- 6.2.30. Capacidade de identificar o tipo de fundo da placa no período diurno;
- 6.2.31. Leitura de todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, devidamente registrado perante o órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal;
- 6.2.32. Operação totalmente automática;
- 6.2.33. Interface totalmente em português;
- 6.2.34. Deverá registrar automaticamente o horário real de passagem dos veículos;
- 6.2.35. Deverá permitir a integração de todos os pontos de instalação dos sistemas, de formas a possibilitar a verificação de todos os pontos por onde o veículo passou;

6.3. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de 06 (seis) Caixas de Proteção das Câmeras com as especificações mínimas abaixo:

- 6.3.1. Deve suportar o uso em ambientes externos, exposta a intempéries climáticas e conferir grau de proteção IP 65 ou superior (IP66, IP67 ou IP68) ao equipamento que será acondicionado em seu interior;

- 6.3.2. Construída em alumínio e com pintura eletrostática de cor clara;
- 6.3.3. Deve oferecer espaço interno compatível com o tamanho da câmera fornecida;
- 6.3.4. Seu sistema de abertura deve se dar pelo pivotamento da tampa superior, facilitando o acesso e o ajuste dos equipamentos;
- 6.3.5. Deve possuir sistema de fechamento que possibilite a instalação de cadeado, de forma a restringir a abertura da mesma;
- 6.3.6. Deve possibilitar a fixação em poste circular de 4" de diâmetro;
- 6.3.7. Deve possibilitar a movimentação vertical e horizontal do corpo principal, possibilitando um apontamento preciso da região que se deseja capturar a imagem.

6.4. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de 06 (seis) Iluminadores com as especificações mínimas abaixo:

- 6.4.1. Iluminação auxiliar do tipo infravermelha (não visível);
- 6.4.2. Funcionamento deve ser similar ao de um flash fotográfico e suportar múltiplos disparos;
- 6.4.3. Capacidade de disparos por segundo: 15 ou mais;
- 6.4.4. Ângulo de emissão de 15 graus ou mais;
- 6.4.5. Alcance da iluminação: 12 metros ou superior
- 6.4.6. Possuir sistema de acionamento sincronizado com controle de intensidade de disparo;
- 6.4.7. Sistema de alimentação com tensão nominal de 12Vdc ou 24Vdc;
- 6.4.8. Possuir LEDs indicativos de funcionamento;
- 6.4.9. Diagnóstico remoto e em tempo real do funcionamento do iluminador, como LEDs queimados (incluindo sua localização na matriz de LEDs), curto circuito interno e nível de tensão dos capacitores;
- 6.4.10. Monitoramento remoto e em tempo real da temperatura de operação por porta Serial.
- 6.4.11. Temperatura de operação: -5°C à 55°C ou faixa mais ampla
- 6.4.12. Ter grau de proteção em conformidade com a especificação IP66 ou superior;

6.5. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de 06 (seis) Suportes de Iluminador com as especificações mínimas abaixo:

- 6.5.1. Deve suportar o uso em ambientes externos, exposta a intempéries climáticas e conferir grau de proteção IP 65 ou superior (IP66, IP67 ou IP68) ao equipamento caso este não possua;
- 6.5.2. Construído em alumínio e com pintura eletrostática de cor clara;
- 6.5.3. Deve oferecer espaço interno compatível com o tamanho do iluminador fornecido;
- 6.5.4. Deve possibilitar a fixação em poste circular de 4" de diâmetro;
- 6.5.5. Deve possibilitar a movimentação vertical e horizontal do corpo principal, possibilitando um apontamento preciso da região que se deseja iluminar.

7. IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA:

7.1. DA SUPERVISÃO E ASSESSORAMENTO PELA CONTRATADA:

7.1.1. A **CONTRATADA** disponibilizará profissional para supervisão e assessoramento do Projeto, com vistas a dar todo suporte técnico necessário aos profissionais da CONTRATANTE vinculados para implantação do projeto.

7.2. LEITOR AUTOMÁTICO DE PLACAS – LAP:

7.2.1. A **CONTRATANTE** será responsável pela aquisição e correto dimensionamento do link internet via fibra ótica até os pontos de instalação dos postes;

7.2.2. A **CONTRATANTE** será responsável pela energização dos conjuntos, disponibilizando um ponto de energia a, no máximo, 5 (cinco) metros do ponto de instalação dos equipamentos, bem como a responsabilidade dos contatos com a Concessionária de Energia Elétrica e os custos resultantes (e consequente pagamento das faturas);

7.2.3. A **CONTRATANTE** implantará os postes e os laços indutivos nos pontos onde irão ser instaladas as câmeras nas vias públicas, como descritos a seguir:

a) Poste 05 metros para fixação das câmeras com chumbadores, adaptadores e conjunto de aterramento completo:

- i. Poste de aço cônico contínuo circular reto;
- ii. 5m de altura útil, com fixação por base flangeada e chumbadores;
- iii. Diâmetro no topo 114mm e na base 169mm;
- iv. Fabricado em chapa de aço carbono com uma solda longitudinal, conicidade constante;
- v. Deverá ser fornecido com uma janela para inspeção a 600mm do nível do solo com tampa e dois parafusos de aço inox;
- vi. Galvanizado a fogo interna e externamente conforme normas NBR 6323, 7399 e 7400 da ABNT;
- vii. Descida de descargas atmosférica: Para-Raios e aterramentos respeitando as normas 5419 e 5410;
- viii. Protetores contra surto para elétrica e dados;

b) Sensores laço indutivo com acessórios para implantação e reestruturação do asfalto:

- i. Deve possuir um módulo detector veicular de 2 canais de presença;
- ii. Baseado em Microprocessador;
- iii. Sensibilidade de detecção programável em até 7 níveis;
- iv. 4 frequências diferentes selecionáveis;
- v. Operação em modo presença na entrada do laço indutivo;
- vi. Operação em modo pulso de 0,1 segundo na entrada do laço indutivo;
- vii. Sintonia automática (Auto calibração);
- viii. Alimentação 110 / 220 VAC - 50 / 60 Hz;
- ix. Frequência de operação do laço indutivo: 25 a 100 KHz;
- x. Consumo 2,5 W;
- xi. Fusível de proteção;
- xii. Proteção contra transientes na entrada do laço indutivo;

- xiii. Led de indicação de detecção de veículo;
- xiv. Led de sinalização de falha de laço indutivo aberto;
- xv. Chave de reset manual;
- xvi. Terminais para reset externo;
- xvii. Dip switch para programação;
- xviii. Chave para simulação manual de detecção de veículo;
- xix. Saída de sinal de detecção com contato de relê normalmente aberto ou fechado;
- xx. Fornecido em placa de circuito impresso para montagem em painel;
- xxi. Dimensões: 160 x 100 x 25 mm;
- xxii. Folha de instruções;
- xxiii. Verniz de proteção contra condensação;

7.2.4. A CONTRATANTE será responsável pela implantação de sistema de dados, voz e vídeo em ambiente externo, especificamente, em postes.

- a) Armário Outdoor, estrutura fabricada em aço galvanizado, rack interno basculante para fixação de equipamentos 19"; tamanho 10U; sistema de fechamento das portas anti-vandalismo (chaves); pintura epoxi sintética interna e externa; suporte para cinta de aço; com grau de proteção IP55 ou maior; Suporte para fixação em poste que possibilite a movimentação giratória vertical e horizontal..
- b) Switch Gerenciável 8 portas gigabit ethernet, mais 2 portas Mini Gbic, backplane 20 gbps, jumbo frame 10240 bytes, taxa de encaminhamento 14,9 mpps, agregação de link dinâmico (lacp) e estático; até 8 grupos, tabela mac, endereço mac dinâmico e estático, multicast snooping; filtro multicast; multicast vlan, qos baseado em porta, 802.1p e dscp; 4 filas de prioridade, vlan baseada em porta, tag (802.1q) e protocolo; voice vlan e mac vlan, segurança e isolamento das portas; filtro de endereço mac; associação arp (manual, arp scanning, dhcp snooping); dos (denial of service); autenticação 802.1x e radius; sslv2/sslv3/tls v1; sshv1/sshv2; restrição de acesso web baseado em ip, mac e porta.
- c) Extensor elétrico do tipo regua para armário 19" , Proteção Automática sem utilização de Fusíveis (minimizando deslocamento para reparos); Proteção em modo comum e modo diferencial entre fase, neutro e terra; Proteção de sobretensão de rede elétrica; Proteção de sobrecarga de saída; Temporização na partida da alimentação de Rede Elétrica (eliminando danos a equipamentos causados por picos de rede elétrica); Chave liga/desliga disjuntora; Formato em Rack 19". Características Mecânicas: Gabinete Metálico com pintura EPÓXI (Proteção anti-chama); Cabo de tomada padrão novo, conforme norma NBR 14136; Caixa projetada para facilitar a fixação.
- d) No-break 1200va, Bivolt: Entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~ Filtro de linha, Estabilizador interno com 4 estágios de regulação, Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM), DC Start, Battery Saver, Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída, Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado, Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga. True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal. Porta fusível externo com unidade reserva. Proteção: Sobreaquecimento no transformador, Potência excedida, Descarga total da bateria,

Curto-circuito no inversor, Surtos de tensão entre fase e neutro, Sub/sobretensão da rede elétrica. Na ocorrência destas, o nobreak passa a operar em modo bateria. Informações adicionais: Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares). Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações. Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações. Botão liga/ desliga temporizado com função Mute: evita o acionamento ou desacionamento acidental, além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento.

8. FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE DA CONTRATADA:

8.1. A **CONTRATADA** será responsável pela licença do software para análise, processamento e armazenamento das imagens do leitor automático de placas (LAP), sendo que a solução deverá ter no mínimo:

- a) Receber e gerenciar dados (imagens) transmitidos por um subsistema de captura de imagens com a finalidade básica de proceder ao automático reconhecimento das letras e números de placas veiculares através do método OCR (reconhecimento ótico de caracteres);
- b) Proceder à distribuição automática da carga de imagens recebidas, com a finalidade de compartilhar as tarefas a serem executadas entre todos os equipamentos integrantes do subsistema de leitura automática de placas veiculares – LAP;
- c) Possibilitar a exibição das imagens relativas à passagem de veículos pelos pontos captação em, no mínimo, três (3) terminais instalados em locais físicos diferentes;
- d) Permitir a existência de idênticos centros de processamento, inclusive em outras localidades, os quais deverão permanecer interligados por conexão permanente, a fim de possibilitar a inclusão ou exclusão de cadastros de restrições a placas veiculares;
- e) Possibilitar auditoria nas sessões de pesquisa no banco de dados armazenados, mediante identificação do usuário do sistema e horário de início e término do acesso às informações registradas;
- f) Possibilitar a identificação do usuário por senha de acesso;
- g) Expurgar, quando for o caso, as imagens mais remotamente arquivadas, sem interrupção do sistema de reconhecimento e leitura de placas automotivas;
- h) Permitir o cadastro de restrições de veículos de forma categorizada;
- i) Solicitar a data e a hora da ocorrência da restrição incidente sobre determinado veículo ao tempo em que se pretender cadastrá-la no sistema para monitoramento;
- j) Emitir alarmes sonoros e visuais, exatos ou por semelhança, sempre que se acusar a passagem de veículo com restrições pelos pontos de captação de monitoramento, especificando a data, a hora e o local da ocorrência, bem como disponibilizando as respectivas imagens, sendo que:
- i. Alarmes exatos serão emitidos quando a placa veicular identificada pelo sistema for idêntica àquela sobre a qual recai a restrição pré-cadastrada;

- ii. Alarmes por semelhança serão emitidos quando a placa veicular identificada pelo sistema contar com cinco (5) ou seis (6) caracteres idênticos, e nas mesmas posições, em relação àqueles da placa veicular sobre a qual recai a restrição pré-cadastrada;
- iii. Ambos os alarmes deverão contar com sons absolutamente distintos entre si;
 - k) Permitir zoom digital das imagens vinculadas aos resultados das pesquisas efetuadas, bem como o salvamento das imagens selecionadas com marca d'água;
 - l) Permitir navegação sequencial para as imagens vinculadas às precedentes e subsequentes ocorrências contempladas no resultado de pesquisa sem banco de dados;
 - m) Armazenar, em pastas separadas, as imagens geradas pelos pontos de captação segundo a data, a hora e o local de captura;
 - n) Armazenar, após o reconhecimento dos caracteres das placas veiculares, efetuado pelo(s) servidor(es), as respectivas imagens por tempo indeterminado até o limite máximo do equipamento disponível, ocasião em que se deve proceder automaticamente ao descarte das imagens mais antigas para dar lugar ao armazenamento das mais recentes;
 - o) Armazenar, após o reconhecimento dos caracteres das placas veiculares, as respectivas imagens pelo período mínimo de sete (7) dias;
 - p) Contar com banco de dados em que os registros da passagem de veículos, tais como data, hora e local estejam vinculados às respectivas imagens armazenadas;
 - q) Contar com banco de dados enquadrado no conceito de software livre, apto ao funcionamento em sistema operacional livre;
 - r) Contar com banco de dados da espécie "cliente/servidor", o qual garanta pelo sistema ACID, as transações de dados necessárias ao funcionamento do sistema;
 - s) Contar com banco de dados que suporte, pelo menos, dez milhões (10.000.000) de registros de veículos referenciando suas respectivas imagens;
 - t) Permitir a pesquisa no banco de dados de acordo com os seguintes critérios:
 - i. Por caracteres de placa exatos;
 - ii. Por coincidência de cinco (5) ou seis (6) caracteres, em posições idênticas;
 - iii. Por sequência de caracteres constantes da placa objeto de pesquisa;
 - iv. Por caracteres coringas e exatos;
 - u) Permitir que os resultados das pesquisas apareçam em grades das quais constem as imagens associadas a cada registro;
 - v) Permitir que, ao formular a pesquisa, o usuário possa filtrar os resultados de sorte que sejam selecionadas e exibidas apenas as ocorrências verificadas no intervalo compreendido entre duas datas e duas horas distintas, ou numa mesma data, entre horas distintas bem como em um ou mais pontos de coleta de imagens selecionados;
 - w) Proceder, ao tempo em que se pretender buscar registros atinentes sobre determinado veículo, a exibição das respectivas imagens e dados, se existentes e o cadastramento no sistema, da restrição incidente sobre este determinado veículo;
 - x) Possibilitar o automático reinício do processamento após o restabelecimento da energia, em caso de parada do fornecimento da mesma;
 - y) Permitir que delitos ocorridos possam ser cadastrados no sistema de forma a poder-se classificar os tipos tais como Furto, Roubo, Sequestro, Assalto a Transeunte, roubo a banco etc.;

z) Os dados das passagens veiculares ocorridos em áreas monitoradas devem ser utilizados, para cruzamento de informações, efetuadas pelo próprio sistema, de forma a apontar correlação comportamental entre os delitos e suspeitos de cometerem tais delitos;

aa) Possuir metodologia específica para processar e detectar possíveis veículos utilizados nos delitos cadastrados no sistema;

ab) Possibilitar correlação entre delitos pelo prazo mínimo de um ano de diferença entre os mesmos.

8.2. A **CONTRATADA** será responsável pela verificação dos erros e estatísticas, deverá no mínimo verificar:

a) O Status de funcionamento das câmeras do sistema;

b) O Status de funcionamento de cada módulo de programa do sistema.

c) Em caso de identificação de problemas, deverá no mínimo:

i. Enviar aviso sonoro ou visual, (desejável através de sintetizador de voz), ao Centro de Controle Operacional;

ii. Enviar mensagem de e-mail para a empresa responsável pelo suporte técnico;

iii. Enviar e-mail ao profissional relacionado a cada tipo de falha;

d) Supervisionar o correto funcionamento de câmeras IPs, instaladas nos pontos de captação de imagens, mediante a emissão de aviso sonoro ou visual em se constatando interrupção no monitoramento das vias públicas;

e) Proceder em tempo real à verificação do status de funcionamento dos equipamentos IP do sistema de rede utilizados para o sistema de reconhecimento de placas veiculares, com envio de mensagem sobre eventuais problemas de cada um dos componentes como câmeras, servidores de vídeo e também dos módulos de software existentes, alarmando através de sinal gráfico/sonoro dentro do CCOe enviando arquivos texto por telefonia celular para o técnico responsável para cada tipo de ocorrência de falha;

f) Deverá fazer parte da solução o módulo que receberá arquivos contendo imagens de veículos e procederão ao reconhecimento automático de suas respectivas placas.

g) Possibilitar o processamento de imagens captadas no período noturno ou em período de baixa luminosidade natural;

h) Proceder ao reconhecimento de placas:

i. Dotadas de quaisquer das cores e tipos de caracteres alfanuméricos admitidos legalmente;

ii. Sob variados níveis de luminosidade solar ou sob variados ângulos de incidência dos raios solares sobre os veículos;

iii. Sob condições moderadas de chuva e/ou neblina;

iv. No período noturno e no período diurno

v. Acondicionadas em ônibus, caminhões, automóveis, triciclos e motocicletas;

i) Proceder à varredura das imagens em processamento, caso estas não exibam placas veiculares, ou por algum motivo não puderem ser;

j) Reconhecidas pelo OCR, armazenando eventuais frases ou palavras nelas encontradas;

k) Deverá permitir a alteração de parâmetros de leituras em tempo de execução, tais como:

- i. Tempo máximo permitido para encontrar a placa dentro da imagem (em milissegundos);
- ii. Tempo máximo permitido para o reconhecimento dos caracteres (em milissegundos);
- iii. Variação do tamanho do caractere a ser encontrado (em pixels);
 - l) Deverá ter componente proprietário para exibição e processamento das imagens;
 - m) Ao carregar imagens do sistema de arquivos, deverá automaticamente identificar arquivos corrompidos;
 - n) Deverá processar imagens em preto e branco ou em cores nos seguintes formatos: Grayscale, RGB16, RGB24, RGB32, YUV;
 - o) Deverá processar obrigatoriamente imagens JPEG, sendo desejável também o processamento de imagens BMP e JPEG2000.

9. DO SIGILO/CONFIDENCIALIDADE E DA SEGURANÇA DOS DADOS E INFORMAÇÕES ACESSADAS NO SOFTWARE

9.1. Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de dados, informações e do Software, objetos deste instrumento regulador, fica, automaticamente, responsável pela preservação de seu sigilo e sujeito ao disposto no art. 153 do Código Penal Brasileiro;

9.2. Os acessos para consultas, o manuseio, as transmissões, as manutenções, as pertinentes reproduções e os armazenamentos de dados e informações observarão as medidas de segurança e sigilo estabelecidos neste instrumento;

9.3. As autoridades detentoras da Senha Máster providenciarão para que o pessoal sob suas ordens conheça integralmente as medidas de segurança e sigilo estabelecidos neste instrumento;

9.4. Para cumprimento deste subitem será exigido Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo dos servidores, funcionários e empregados que direta e indiretamente terão acessos a dados e informações coletados pelo Software;

9.5. Os agentes, de que trata o item acima se comprometem a, após o desligamento, não revelar ou divulgar dados ou informações confidenciais e sigilosas das quais tiveram conhecimento no exercício de cargo, função ou emprego.

9.6. Os dados e informações acessadas dos bancos de dados informatizados, pertencentes aos Órgãos Públicos, com a finalidade de utilização compartilhada e integrada dos serviços de imagens objeto deste instrumento, estarão sujeitos às disposições dos art. 313-A, 313-B, 325 e 327 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo da aplicação simultânea das correspondentes disposições funcionais e civis;

9.7. Fica, terminantemente, proibida a todo e qualquer servidor, vinculado aos serviços de imagens das Câmeras OCR, a reprodução de imagens estranha ao cumprimento deste instrumento, bem como a adulteração, a comercializar e a obtenção de vantagens indevidas para si, ou para outro, de dados e informações

relativos aos bancos de dados acessados, pertencentes às Instituições Públicas, que tenha conhecimento por força de suas atribuições;

9.8. Responderá funcional e criminalmente o agente público que não observar a previsão do item acima, assim como responderá civilmente pelos prejuízos causados à Administração Pública e a terceiros pela quebra do sigilo e confidencialidade das informações e dados necessários para a utilização compartilhada dos serviços de imagens tratados neste Instrumento regulador;

9.9. Para garantir a segurança e o sigilo dos dados e informações acessados, os próprios Órgãos Públicos poderão realizar Auditoria de Acessos ao Software.